



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

11, 12 e 13 de outubro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 11/10/2014
Assunto: Bullying		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

BULLYING

A OAB-SC quer identificar boas práticas nas escolas públicas da região da Grande Florianópolis que estejam contribuindo para melhorar os índices alarmantes de violência, em especial o *bullying*. Para isso, a entidade lançou o Prêmio Escola Exemplo. As inscrições podem ser feitas pelo site da OAB-SC e vão só até o fim do mês.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 11/10/2014
Assunto: Atentados		Página: 08

DIÁRIO CATARINENSE

SEGURANÇA

Escola é alvo de vândalos no Sul de SC

A Escola Marcílio Dias, em Imbituba, no Sul de Santa Catarina, foi invadida e depredada por vândalos na madrugada de ontem. Os invasores abriram válvulas do sistema de gás, cortaram canos de água e arrancaram cinco câmeras internas, além de pichar mesas, cadeiras e paredes do local com ameaças e referências ao PGC.

Ainda não foi confirmado se há relação entre a depredação na escola com a onda de atentados que assola o Estado desde o dia 26 de setembro.

Houve tentativa de arrombamento de salas, incluindo a biblioteca, que teve a fechadura danificada.

Equipes das polícias Civil e Militar estiveram na escola pela manhã e ainda investigam a autoria dos ataques. Os responsáveis pela instituição aguardam um perito de Laguna para dar continuidade às averiguações. As aulas foram suspensas ontem.

A diretoria emitiu uma nota de esclarecimento a respeito da invasão para acalmar pais e alunos, na qual afirma que haverá aula normalmente na segunda-feira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Anexo

Data: 13/10/2014

Assunto: Mascote

Página: 04

DIÁRIO CATARINENSE



**SE VOCÊ É ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA
ESTADUAL OU MUNICIPAL
APOIADORA DO DC NA SALA DE AULA,
NÃO PODE FICAR DE FORA DESSA!**



**FAÇA UM DESENHO E AJUDE A ESCOLHER
O MASCOTE DO PROGRAMA.**



**OS FINALISTAS E SEUS PROFESSORES
GANHARÃO CELULARES OU TABLETS.**



**CONFIRA O REGULAMENTO E PARTICIPE:
WWW.DCNASALADEAULA.COM.BR**





Notícias do Dia

Matrícula sem filas

Ensino. Este ano, pais e mães não precisaram pernoitar em frente às escolas para garantir vaga na rede municipal

THAIS MOREIRA

thais@noticiasdodia.com.br

🐦 @ND_Joinville

Ao contrário do que previam os pais, o primeiro dia de matrículas para alunos novos na rede municipal de ensino em Joinville, na manhã desta terça (7), foi tranquilo. Pelo menos na Escola Municipal Virgínia Soares, bairro Floresta, ninguém precisou dormir na fila para garantir a vaga.

Por volta de 8h, o movimento na unidade já era bastante calmo. Cerca de dez mães ainda aguardavam na fila. Uma delas, que preferiu não dar o nome, disse ter chegado na escola às 6h. “Quando cheguei, tinham 22 pessoas na minha frente.”

A vigilante Gislaíne Estevão, 33, preferiu não arriscar. Antes de amanhecer, ela já aguardava para matricu-

lar o filho de seis anos numa das séries mais procuradas pelos pais: o 1º ano do ensino fundamental. “Minha senha é a 18. Vim às 5h30 para garantir a vaga. Não tenho carro como a maioria, por isso não dá de vir dormir aqui na frente”, afirma. Contudo, segundo Gislaíne, os pais que foram à noite para frente da escola receberam a senha e não precisaram pernoitar no local.

Rosana de França de Oliveira, 49, aponta que foi uma dessas mães. “Vim às 22h30 para cá. Tinham duas professoras e o guarda para dar senha. Eu peguei uma e voltei para casa. Cheguei hoje aqui às 7h30, mas se tivesse chegado antes já tinha sido atendida”, conta Rosana, que mora próximo à unidade e sabe bem o histórico de longas filas do passado. “Por isso eu já vim durante a noite, para garantir a vaga do meu filho no

primeiro ano do fundamental.”

Apesar de as mães afirmarem que houve distribuição de senhas durante à noite, na Escola Municipal Virgínia Soares, a auxiliar de direção Kátia Daniela Santos explica que, na verdade, as professoras estavam no local para orientar os pais. “Desde ontem [segunda] à noite, estávamos conversando com os pais que chegavam, mostrando que não havia necessidade de dormir em frente à escola, que tem vaga para todo mundo.”

Kátia garante que a escola trabalha com caderno de espera e, se os pais não conseguirem fazer a matrícula, a direção o encaminhará para outra escola onde tenha a vaga. “Nenhuma criança vai ficar sem estudar.” Ainda segundo Kátia, os alunos saídos dos CEIs (Centros de Educação Infantil) já foram matriculados no 1º ano.



Veículo: Notícias do Dia - Joinville	Editoria: Geral	Data: 13/10/2014
Assunto: Matrículas		Página: 20

Notícias do Dia

Escolas públicas são mais atrativas

A expectativa do secretário municipal de Educação, Roque Mattei, é de que as 84 escolas municipais em Joinville, com o apoio da rede estadual, consigam atender à demanda de novos alunos para o ano letivo de 2015. De acordo com ele, são cerca de 3.000 vagas apenas no município. "O ensino infantil é responsabilidade do município, o médio do Estado e o ensino fundamental são uma colaboração entre os dois", explica.

No entanto, Mattei reconhece que a procura por vagas na rede municipal de ensino tem aumentado. Ele atribui este fato ao bom desempenho das escolas da cidade no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

A Escola Municipal Adolpho Bartsch, em Pirabeiraba, teve média 8,8 na avaliação e foi a melhor classificada no Estado entre as séries iniciais, do 1º a 5º ano. Já a Escola Municipal Governador Pedro Ivo, no Costa e Silva, conseguiu média 6,6 nas séries finais, do 6º ao 9º ano. "São as duas melhores escolas no Estado", ressalta o secretário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Opinião	Data: 11/10/2014
Assunto: Gargalo da educação		Página: Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO PAÍSIL 6 9 8 WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Gargalo da educação

SÃO PAULO - Os economistas fazem constantes referências ao gargalo da infraestrutura. Não há dúvida de que o problema é real e cobra solução. Há, contudo, um outro gargalo que me parece ainda mais grave e que não vem recebendo a devida atenção. É o da educação.

Reportagem de Érica Fraga publicada no domingo passado mostra que os investimentos do governo no Fies, o programa de empréstimos subsidiados para quem cursa a educação superior, nonuplicaram entre 2010 e 2014, saltando de R\$ 1 bilhão para R\$ 9 bilhões. Em menor escala, o mesmo se deu com o ProUni, o programa de bolsas de estudo para alunos carentes, que teve suas verbas triplicadas entre 2005 e 2013.

É certo que o Brasil precisa aumentar sua população diplomada. Aqui, só 13% dos adultos entre 25 e 64 anos são detentores de título universitário, contra uma média de 33% nos países desenvolvidos (OCDE).

Não creio, porém, que a proposta, defendida por alguns especialistas,

de oferecer juros menores a estudantes que se disponham a cursar carreiras em que o país tem interesse, como engenharia e medicina, vá dar certo. Não é só o governo que identificou a carência desses profissionais. A iniciativa privada também o fez e busca, às vezes desesperadamente, contratá-los, oferecendo bons salários.

Se os alunos não respondem aos estímulos de mercado e optam por carreiras saturadas, como direito e administração, é provavelmente porque não se sentem capazes de enfrentar cursos mais técnicos como engenharia e medicina. E talvez tenham motivos para isso. Testes internacionais mostram que o desempenho acadêmico de nossos alunos do ensino médio é bem ruim e piora ainda mais em matemática e ciências.

Receio que já estejamos enfrentando o gargalo imposto por um ensino básico deficiente, que não capacita o estudante seguir qualquer carreira, levando-o a preferir aquelas em que é mais fácil enrolar.

hello@uol.com.br



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

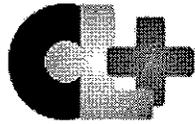
Veículo: Correio Lageano

Editoria: gERAL

Data: 11/10/2014

Assunto: Destaque

Página: 07



CORREIO LAGEANO

PROJETO SE CLASSIFICA PARA EVENTO NACIONAL

SUSANA KÜSTER

susana@correiolageano.com.br

Uma gestão participativa na escola Professor Flordoardo Cabral envolveu alunos, pais e professores na criação de um projeto voltado para o meio ambiente. A ideia deu tão certo que o projeto foi um dos escolhidos para representar o Estado na Semana de Iniciação Científica da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (Unisulma), que ocorre em novembro, na capital do Estado, São Luís.

O projeto foi feito pelos alunos Guilherme Reche, Marcelo Fernando de Liz, Cláudio Gabriel Bizol Wawgimak, Adriano Arruda Canônica e Leonardo Pedroso. Em parceria com seus pais, professores e comunidade escolar, eles criaram uma cisterna que capta água da chuva. "Usamos a água para a limpeza e irrigação da horta escolar", explica Reche.

Foi instalada uma torneira na cisterna e nela é colocada uma mangueira, servindo para irrigar a horta que fica pertinho do local e já tem pés de alface, rúcula e couve.

A manutenção da cister-

na não gera muito custo. É preciso limpar o filtro periodicamente e uma vez por ano, limpar a caixa d'água com álcool. Além disso, a caixa não pode ficar em locais quentes, pois pode haver proliferação de algas. "É necessário controlarmos a água pois está acabando no mundo, senão o que será de nós no futuro?", frisa.

● **FALTA RECURSO** | Há dinheiro para custear a hospedagem e alimentação para o evento no Maranhão, doados pela Associação Brasileira de Incentivo à Tecnologia e Ciência (Abritec), que é quem promove o evento.

Porém, a instituição de ensino está aceitando patrocínio para pagar o transporte e outros custos da viagem. O telefone da escola é (49) 3907-6021 ou no (49) 9819-3778 com a diretora da escola, Marita Souza Mendes.

● **OUTROS PROJETOS** | A escola possui uma horta suspensa e uma outra feita em um terreno que recebe uma média de 450 quilos de lixo orgânico, que serve para compostagem. "Os alimentos da horta serão doados para os alunos, pois nossa merenda é terceirizada", comenta a orientadora do projeto, Patrícia Wolff Rizzon.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Meio ambiente vira foco

Os cinco estudantes envolvidos no projeto classificado para a Semana de Iniciação Científica da Unisulma, em São Luís, no Maranhão, vão desenvolver mais ideias para preservar o meio ambiente. "Ser selecionado entre as escolas do Estado, fez nós vermos que somos capazes", diz o aluno Guilherme Reche.

O avaliador e diretor geral da Abracec, Carlos Pereira Martins, explica que o evento vai premiar os melhores projetos com vários objetos, entre eles, computadores e microscópios.

Além de viagens para eventos de ciência e tecnologia no México, Chile e Estados Unidos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 13/10/2014
Assunto: Repasse de verbas		Página: Online



Deputados querem mudar regra de repasse para estados e municípios aplicarem em ensino superior

O projeto, que tramita em regime de prioridade, será analisado por duas comissões

Tramita na Câmara o Projeto de Lei Complementar do deputado Danilo Forte (PMDB-CE), que dispensa as instituições de ensino superior estaduais e municipais da previsão de contrapartida orçamentária, exigência legal para ter direito às transferências voluntárias da União.

Transferência voluntária são recursos repassados pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios por meio de convênio ou parceria para realização de obras ou serviços de interesse comum (Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/00).

A legislação atual exige ainda que os recursos que cabem ao beneficiário estejam previstos no seu orçamento. Para Danilo Forte, a exigência “é um sacrifício adicional para as administrações estaduais e municipais e um obstáculo à possibilidade dessas instituições se beneficiarem desses recursos”.

Tramitação

O projeto, que tramita em regime de prioridade, será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, será votado pelo Plenário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 13/10/2014
Assunto: Ciência sem Fronteiras		Página: Online



Morte e baixo desempenho expõem problemas do Ciência sem Fronteiras

Apesar das críticas, apenas 26 de um total de 86.100 alunos foram retirados do programa

A morte de um bolsista brasileiro nos Estados Unidos no último dia 19, somada às críticas da universidade inglesa de Southampton sobre o comportamento dos alunos que fazem parte do CsF (Ciência sem Fronteiras), colocou o programa de intercâmbio estudantil do governo federal em xeque.

Com investimento médio entre US\$ 36 mil e US\$ 50 mil (R\$ 86 mil e R\$ 120 mil) por aluno ao ano, o projeto recebeu, segundo a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), US\$ 3,2 bilhões (R\$ 7,4 bilhões) em pouco mais de dois anos e meio de existência.

Esse dinheiro foi usado para enviar mais de 86 mil alunos de graduação e pós-graduação para a Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, EUA, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Reino Unido e Suécia e Portugal — este último, atualmente fora do programa.

Capes diz que bolsistas devem seguir manual e podem ser obrigados a voltar se descumprirem orientações

Incidentes

No dia 13 de setembro, a SWB UK (Science without Borders), responsável pelo programa no Reino Unido, informou aos brasileiros que havia sido procurada “devido ao número considerável de reclamações das faculdades em relação ao comparecimento e à aplicação nos estudos”.

Na semana seguinte, Manoel Bezerra, que estava nos EUA graças a uma bolsa do CsF, morreu desidratado enquanto fazia uma trilha na floresta do Arizona.

A fatalidade reforçou a ideia de que a Capes, responsável pela concessão da maioria das bolsas, tem pouco controle das atividades dos alunos.

Controle



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo a Capes, desde a criação do CsF, apenas 26 bolsistas, foram desligados do programa quando estavam no exterior e tiveram que voltar ao Brasil. O número representa 0,03% do total de estudantes beneficiados até o momento.

Os desligamentos foram feitos porque alguns estudantes não atingiram o nível de proficiência em cursos de línguas ofertados no país de destino ou não cumpriram as atividades acadêmicas previstas pelas universidades estrangeiras.

A baixa quantidade de alunos desligados frente à proporção de beneficiados e à possível falta de dedicação de alguns deles chama a atenção para a efetividade acadêmica do CsF.

“Conheci alunos que faziam o mínimo e ainda reclamavam”, diz ex-bolsista do Ciência Sem Fronteiras

Experiências

O estudante de design da Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Victor Torrecilha, de 23 anos, que fez intercâmbio na Tennessee State University (EUA) durante um ano, conta que o IIE (Instituto Internacional de Educação), órgão americano, ficou responsável e acompanhou seu desempenho no exterior.

— O parceiro do programa nos EUA não cobrava frequência nas aulas, mesmo porque nem todos os professores consideram isso para o fechamento das notas. Era pedido apenas para você manter e comprovar em relatórios uma média geral de nota acima de dois pontos.

O aluno relata que não era necessário entregar os relatórios para órgãos no Brasil, e que ele só fez um documento para a Capes quando estava prestes a ir embora.

Já Roberto Alves Lima, de 21 anos, que cursa análise e desenvolvimento de sistemas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, no campus de São Carlos, e está na Alemanha pelo CsF desde agosto de 2013, explicou que chegou sem falar uma palavra da língua local.

— Fiz o curso de línguas do programa durante sete meses e, com nota satisfatória, garanti minha permanência no intercâmbio, que terminará em fevereiro de 2015. Atualmente, a faculdade alemã faz um relatório das minhas atividades. Pelo que sei, o parceiro do Csf aqui na Alemanha informa a Capes sobre nossas atividades e frequências nas aulas.

Lima destaca ainda que os benefícios do CsF são suficientes para a sua estadia, e que a faculdade da Alemanha pede para que qualquer problema de saúde seja informado.

— Tenho um seguro saúde. Quando eu precisar utilizar, o governo brasileiro pagará essas despesas médicas.

Segundo a Capes, em caso de problemas de saúde ou morte de bolsistas no exterior, o órgão contata a família para os trâmites de viagem de um parente quando for o caso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 13/10/2014
Assunto: Violência na escola		Página: Online



Atos obscenos, socos e voadoras: professores relatam experiências de violência na escola

O R7 levantou agressões contra docentes dentro das instituições de ensino do País

Monica* estava orientando alguns alunos que trabalhavam em grupo num colégio da rede estadual do Rio de Janeiro quando sentiu um cabo de vassoura ser colocado em suas nádegas. Ela virou, mas os responsáveis pelo ato saíram correndo.

Um vigia descobriu os estudantes escondidos em outra sala. A professora fez um BO (Boletim de Ocorrência). Na delegacia, o incidente foi classificado como “ato obsceno”.

Em São Paulo, Ana* dava aula em um colégio estadual quando descobriu um desenho dela com teor ofensivo e sexual. A professora foi retratada em roupas íntimas, com os seios enormes e traços que aludiam sua raça negativamente. Ela é negra.

Três docentes da instituição de ensino em que Ana trabalha já haviam sido agredidos pelos alunos neste ano. Um deles foi assaltado e parou de dar aula na escola. Outros dois foram golpeados com voadoras. O primeiro, identificado como Luis*, está afastado há mais de seis meses com síndrome do pânico. O outro professor continua trabalhando.

Em uma carta enviada ao R7 Marina* conta que foi humilhada por um parente de um aluno na saída da escola. Tentando manter a ordem na sala até tocar o sinal, ela pediu para as crianças diminuírem a bagunça quando o indivíduo se exaltou e a xingou diversas vezes na frente dos pais e dos estudantes.

Outra professora paulista, socada por um estudante dentro na frente da turma, chegou a dar entrevista, mas voltou atrás e pediu para que sua história não fosse detalhada na reportagem porque “teme as consequências da divulgação da agressão”.

As histórias citadas acima mostram que a violência está cada vez mais presente no dia a dia das escolas do País. Uma pesquisa global feita pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com 100 mil professores e diretores de escola de 34 países mostrou que o Brasil está no topo de um ranking de agressões dentro de instituições de ensino.

Na enquete, 12,5% dos professores ouvidos no Brasil contaram que são vítimas de ataques verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

É o índice mais alto entre os países pesquisados — a média entre eles é de 3,4%. Depois do Brasil, vem a Estônia, com 11%, e a Austrália com 9,7%.

Professores brasileiros gastam 20% do tempo de aula para colocar ordem na sala

Outro levantamento realizado em janeiro pelo Instituto Data Popular a pedido da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) destacou que quase metade dos alunos (44%) e mais de um quarto dos professores (28%) afirmaram que já foram vítimas de violência.

A enquete indicou um grau elevado de agressividade no ambiente escolar: (84%) dos professores e (77%) dos alunos afirmaram que tomaram conhecimento de casos de violência em suas escolas no último ano.

Punição

Em todos os depoimentos coletados pela reportagem, os professores lembraram que a falta de punição é um agravante que acaba estimulando os atos de violência.

No Brasil, menores de idade que cometem agressões e até assassinatos não respondem criminalmente. Eles são considerados infrações.

Professora tenta suicídio duas vezes após agressões consecutivas de alunos

Martim de Almeida Sampaio, advogado e diretor de Direitos Humanos da OAB-SP, explica que qualquer ocorrência envolvendo crianças de até 12 anos vai parar no Conselho Tutelar. Atos praticados por estudantes com idade entre 12 e 18 anos incompletos são julgados na Vara da Infância e da Juventude.

— Dentro do Conselho Tutelar e na Vara da Infância as punições variam de advertências verbais, prestação de serviço comunitário até a apreensão em instituições de proteção de menores, como por exemplo, a Fundação Casa. Quando os praticantes são menores agressões e até homicídios não são julgados como crimes, mas como infrações.

O especialista comenta que atos obscenos e agressões verbais geralmente são punidos com advertências verbais e serviço comunitário.

A agressão física é classificada conforme a tipificação do delito. Em alguns casos os menores podem ser apreendidos em regime fechado ou semiaberto.

Se praticarem atos graves, como por exemplo uma tentativa de homicídio, os menores podem ficar apreendidos até os 21 anos.

Nas escolas, a prática comum é impedir a matrícula dos alunos agressores no próximo ano, pedir sua transferência e, em casos extremos, expulsá-los.

Denúncias



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os docentes contaram que falta de fiscalização destes incidentes nas escolas tira muitos professores da sala de aula. Eles disseram que, no geral, a orientação dada pela direção da escola é não denunciar o problema, fato que aumenta ainda mais a sensação de insegurança.

Mônica, agredida no Rio de Janeiro, relata que “a direção do colégio não queria que eu fizesse o BO porque isso ia ‘denegrir’ o nome da escola. Depois que eu comuniquei a polícia do problema os casos de violência diminuíram.”

Ana também foi aconselhada a não registrar queixa. O aluno que fez a caricatura ofensiva era maior de idade e ela acabou perdoadando. A docente disse que o rapaz se mostrou arrependido e, por isso, ela optou por "agir com o coração".

Outra professora disse que fez um boletim de ocorrência online, mas como não teve acesso aos dados do aluno o pedido foi indeferido.

Sampaio, que além de advogado já foi professor, relata que presenciou a demissão de um colega socado por um aluno em uma universidade particular. Neste caso o desfecho favoreceu o docente.

— Quando eu dava aula um colega foi agredido com um soco por um aluno e a instituição optou por demiti-lo. Fiquei indignado e pedi demissão também. Depois, entrei com uma ação criminal e trabalhista para defender o professor que venceu os dois processos.

O professor foi indenizado pela faculdade na Justiça do Trabalho. O aluno era maior de idade e foi julgado pelo crime de lesão coporal, mas pegou pena mínima.